DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O IMPACTO HISTÓRICO NA SUBJETIVIDADE DA MULHER

Carolina Roberta Assis¹

Luara Rafaele Santos Andrade²

Jessika Pereira Damásio³

RESUMO

Historicamente, os homens vêm sendo associados à esfera pública, assumindo o papel de provedores da família, enquanto às mulheres era delegado o cuidado com a esfera privada, incluindo o lar, a criação dos filhos e o bem-estar familiar, funções frequentemente desvalorizadas. Com o avanço do capitalismo e os entrelaces da alienação que requer da mulher uma reificação mais violenta, há uma ampliação das responsabilidades femininas, tornando-as cada vez mais árduas, resultando em sobrecarga, fruto do acúmulo de múltiplas funções, no âmbito familiar, profissional e financeiro. Essa tripla jornada tem agravado a saúde da mulher, gerando impactos negativos em sua subjetividade como estresse, ansiedade e o empobrecimento das experiências vividas. Compreendendo a divisão sexual do trabalho como à atribuição histórica de papéis e responsabilidades diferentes para homens e mulheres dentro da organização social, este estudo tem como objetivo analisar esse fenômeno e seus impactos na saúde das mulheres. Visto as diversas imbricações sócio-históricas que atravessam o tema e a necessidade de tenciona-las para compreensão do objeto. O estudo delineado como revisão bibliográfica, fundamenta-se e tem como método o materialismo histórico dialético. Assim, o artigo se propôs a analisar como diferentes papéis foram historicamente atribuídos a homens e mulheres contribuindo para a desigualdade da mulher observada até os dias atuais.

Palavras Chaves: Trabalho; Mulher; Divisão Sexual do Trabalho; Subjetividade; Saúde;

ABSTRACT

Historically, men have been associated with the public sphere, assuming the role of family providers. At the same time, women had to take care of the private sphere, in including the home, raising children and family well-being, chores which are often undervalued. With the advancement of capitalism and the intertwining of alienation that requires women to be more violently reified, there has been an expansion of women's responsibilities, making them increasingly arduous, resulting in overload, as a result of the accumulation of multiple functions, in the family, professional and financial spheres. This triple shift has worsened women's health, generating negative impacts on their subjectivity, such as stress, anxiety, and the impoverishment of lived experiences. Understanding the sexual division of labor as the historical attribution of different roles and responsibilities for men and women within the social

¹ Graduanda do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: assiscarola@gmail.com

² Graduanda do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: luarasantosandrade@hotmail.com

³ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: jessika.damasio@uniptan.edu.br

organization, this study aims to analyze the sexual division of labor and its impacts on women's health, given the various socio-historical overlaps that permeate the theme and the need to address them to understand the object. The study outlined as a bibliographic review is based on and uses dialectical historical materialism as its method. Thus, the article proposed to analyze how different roles were historically attributed to adults, contributing to the inequality of women observed to this day.

Keywords: Work; Woman; Sexual Division of Labor; Subjectivity; Health;

INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho é um conceito amplamente estudado nas diversas áreas do conhecimento, se aprofundando acerca dos vestígios históricos que exercem influências nas relações de trabalho entre os sexos e suas implicações na sociedade. Dessa forma, esse conceito refere-se à maneira como as atividades cotidianas e deveres são organizadas e designadas entre homens e mulheres diante das noções de público e privado. Enquanto homens são associados a trabalhos da esfera produtiva e pública, com responsabilidades políticas e religiosas, as mulheres são designadas à esfera reprodutiva e privada, referente a manutenção da vida no cotidiano (Hirata; Kergoat, 2007) Portanto, a divisão sexual do trabalho junto ao sistema patriarcal⁴ tem moldado formas de vida, afetando as mulheres imbuídas ao enfrentamento de barreiras sociais, psicológicas e econômicas (Federici, 2019).

É possível observar que, mesmo quando as mulheres estão inseridas em trabalhos da esfera produtiva, elas ainda enfrentam barreiras para alcançar cargos de liderança, que permanecem dominados pela presença masculina (Hirata, 2015). Essa dificuldade está entrelaçada à divisão sexual do trabalho, ao naturalizar a associação das mulheres ao espaço privado, refletindo desigualdades estruturais que variam conforme o estágio de desenvolvimento da sociedade, sendo regulamentadas pelas necessidades da classe dominante (Saffioti, 1976; Federici, 2019).

Esse lugar da mulher, imposto de acordo com a sociedade, resulta em conflitos internos, devido as expectativas e pressões culturais, diferentes para homens e mulheres. Tais barreiras não operam apenas como empecilhos que dificultam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, mas também como uma forma de controle social que reprime suas ambições e desejos de autonomia. Essas expectativas podem causar uma série de consequências à subjetividade a partir da sobrecarga, ou seja, do acúmulo de funções das esferas produtivas e reprodutivas (Federici, 2019).

⁴ O patriarcado é uma estrutura social de dominação masculina que busca estabelecer normas e práticas que favorecem os homens, limitando a liberdade e as oportunidades das mulheres. Assim, esse sistema tem moldado as relações sociais, políticas e econômicas (Delphy, 2009).

O movimento histórico de pensar a construção da subjetividade da mulher implicada ao trabalho, será de suma importância para análise da Psicologia, uma vez que esse fenômeno é transversal às configurações sociais contemporâneas. Nesse sentido, considerando os princípios fundamentais II e III do Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a (CFP, 2014), é necessário a Psicologia envolver-se em discussões acerca da subjetividade, socialização e representações sociais. Assim, é dever contribuir para elaborações que perpassam também a divisão sexual do trabalho, visto que esta salienta as contradições históricas dos sexos (Federici, 2019). Logo, visando o compromisso ético-político da Psicologia na construção da subjetividade é crucial investigar a fundo a relação entre sociedade, mulher, trabalho e cuidado, tendo como objetivo dar luz à temática.

Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar como as expectativas socioculturais relacionadas às mulheres, especialmente aquelas ligadas à divisão sexual do trabalho, contribuem para a sobrecarga feminina, gerando impactos em suas subjetividades. Ademais, buscou-se entender e realizar uma análise estrutural do papel desempenhado pelas mulheres ao longo da história, com o objetivo de compreender como os vestígios da divisão sexual do trabalho influencia no cotidiano da mulher e quais os fatores que contribuem para a sobrecarga na vida contemporânea. Para tal, o artigo se delinea como uma pesquisa qualitativa exploratória (Gil, 2002), que tem como orientação o materialismo histórico dialético (Lane, 1989), no tensionamento das múltiplas determinações que atravessam o fenômeno de ser mulher dentro do sistema capitalista e seus impactos na formação da subjetividade.

O materialismo histórico dialético, como método e orientação de pensamento, atua a partir de uma perspectiva filosófica interpretativa que busca através do tensionamento de categorias e fenômenos sociais compreender a realidade concreta (Lane, 1989). Diante disso, foram eleitas como categoria de análise três fenômenos: os sexos, divisão sexual do trabalho e subjetividade, tendo como fio condutor o processo sócio histórico e os fenômenos da moral sexual e das relações de trabalho. Surgiram a partir da análise crítica do objeto três temáticas base que delimitaram os momentos de pesquisa do artigo, essas são: papéis sociais e repressão sexual; trabalho e mulher; e por fim o fenômeno da uberização. O estudo não pretende esgotar a temática, mas contribuir para o aprofundamento e compreensão sobre a sobrecarga feminina iluminando o papel da mulher diante da realidade social.

O pecado original foi ter nascido mulher

Historicamente, ser mulher constitui-se a partir do exercício de papéis e comportamentos diferentes do homem, ou seja, uma perspectiva binária em oposição à identidade masculina e

seguidora de determinações sociais e culturais em relação a modelos únicos de como ser mulher (Chauí, 1987). No decorrer dos anos, o papel social da mulher sofreu mudanças de acordo com os desejos e ambições dominantes do momento (Federici, 2017). Diante disso, a posição e responsabilidade social atribuída às mulheres foi transformada com base em imposições de movimentos sociais da época, concebidos a partir de expectativas e determinações masculinas (Saffioti, 1976). Com isso, segundo Engels (1984), a concepção de mulher está intimamente ligada com a família e, conseqüentemente, com o Estado. Tais instituições ditaram e ditam como a mulher deveria pensar, agir e até mesmo se vestir, por séculos, deixando vestígios de normas de condutas até os dias atuais. Nesse sentido, a repressão sexual, conceituado por Chauí (1987, p. 9) pode ser entendida como um “conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade”, sendo um componente crucial desse controle, em que tais instituições impuseram normas rígidas sobre a sexualidade feminina, reprimindo expressões de desejo e autonomia. Essa repressão sexual, não apenas limitou a liberdade das mulheres, mas também consolidou um sistema de poder que perpetua a desigualdade entre os sexos (Chauí, 1987). Como parte do mecanismo da repressão sexual, apesar da mulher ter construído ativamente a história, sua presença é frequentemente apagada ou minimizada nos relatos históricos, resultando na destruição da memória social (Matos, 1997).

Esse apagamento da memória social do lugar da mulher se fundamenta nos princípios da organização no sistema capitalista, com a introdução da família monogâmica. A família monogâmica surge com o objetivo de controlar as riquezas, possibilitando que as heranças sejam passadas de geração em geração desde que os descendentes fossem legítimos dos homens (Engels, 1984). Concomitantemente, há o aparecimento de uma moral tradicional vinculada junto a família monogâmica. Essa moral é um conjunto de normas e regras que buscam controlar os comportamentos dos indivíduos dentro de uma sociedade, transmitidas e moldadas aos longos dos anos. Os papéis do homem e da mulher foram estabelecidos como forma de organização da família, assim como as noções de mãe, pai e filhos. Tal fator reforça a ideia de manter uma hierarquia masculina, na qual a moral vai atuar como mediadora para o desenvolvimento do trabalho, da sexualidade e da família impondo a maneira de ser, agir e comportar entre os sexos (Chauí, 1987; Engels, 1984).

Essa moral tradicional contribui diretamente para o controle da sexualidade feminina, uma vez que a mulher deveria garantir a castidade e fidelidade ao homem, exercendo com maestria seu papel de mãe e esposa. Essas tornavam-se, dessa maneira, uma propriedade do homem, na qual o corpo e o comportamento sexual eram rigidamente controlados para garantir

a propriedade privada (Engels, 1984). Na Idade Média, a família se tornou um dos principais agentes da repressão desde a infância, com proibições quanto aos comportamentos entre meninas e meninos que eram educados para seguirem padrões moralmente aceitos, geralmente sobre um ensinamento cristão. As meninas eram impedidas de experimentar sua sexualidade, devendo preservar sua virgindade, e adotar comportamentos que transmitem sua pureza, enquanto os meninos possuíam normativas mais permissivas, uma dupla moral⁵, tendo suas necessidades sexuais incentivadas (Brito, 2023).

Nesse sentido, a Igreja corroborou para a repressão sexual feminina, ao passo que sua visão era a de que as mulheres deveriam ser semelhantes à imagem de Maria na representação da Sagrada Família, ou seja, a renúncia e o sacrifício em prol da maternidade. Associar a mulher à imagem de Maria é dizer sobre a necessidade da pureza e obediência. Aquelas que não se enquadravam nesse modelo eram correlacionadas ao símbolo de Eva sedutora, vivendo em pecado, assim, condenadas a bruxaria e, por fim, a execução (Chauí, 1987). Sendo assim, a caça às bruxas foi uma tentativa de consolidar o controle social patriarcal, através do silenciamento da mulher que se dava a partir da demonização da sexualidade feminina, de suas práticas e conhecimentos. A Igreja as punia de formas cruéis e, quando a morte parecia insuficiente, eram queimadas vivas para sentirem seus corpos apodrecerem nas chamas, com o objetivo de desencorajar qualquer resistência ou práticas culturais que oferecessem um mínimo de autonomia para a mulher (Federici, 2017).

Dessa forma, o papel da mulher se forja na construção de modelos normativos como únicos lugares possíveis de existir, entre estes cabe o destaque aos binômios esposa e mãe entrelaçados a esfera do casamento, ou seja, no elogio à castidade feminina. Sob esse viés, Chauí (1987, p. 92) argumentou que “esse elogio iria produzir, no correr dos séculos, a imagem da mulher ideal como mãe assexuada e honesta esposa frígida. Vitória contra Eva”. Esses modelos normativos inauguraram uma nova concepção de moral tradicional, diante da solicitação de comportamentos específicos que regulamentam a sexualidade feminina, caricaturados entre Maria e Eva, julgando de forma rigorosa os comportamentos entre “bem” e “mal”, estrutura do *continuum* histórico da moral tradicional (Chauí, 1987).

⁵ O conceito de dupla moral refere-se ao julgamento de maneira diferente comportamentos semelhantes, dependendo de quem os realiza. Assim, ela impõe normas mais rígidas e restritivas para as mulheres em relação a condutas sociais e sexuais, enquanto concede maior permissividade aos homens nas mesmas situações. Nesse sentido enquanto a moralidade “aprisiona” a mulher, cria-se um enredo permissivo aos homens, legitimando e perpetuando a desigualdade entre os sexos (Silva, 2007).

Isto posto, o casamento como um sacramento, nasce como mecanismo de controle do corpo feminino, sendo um dos pilares da moral tradicional (Chauí, 1987). Nele o corpo é treinado, controlado e dominado, tornando-se um instrumento de submissão. A docilidade é exigida, enquanto a rebeldia é administrada, e essa realidade de dominação que molda as interações sociais, reforçando a hierarquia dos sexos e impondo um conjunto de regras que disciplina o corpo feminino, que historicamente foi submetido à opressão dentro dessa estrutura (Matos, 1997).

A submissão do corpo feminino se dá por via de mão dupla: quando a mulher não tem seu corpo controlado pelo casamento, ele é comercializado na prostituição, que reintegra a dupla moral masculina. A prostituição permite que os corpos femininos sejam mercantilizados sexualmente para a satisfação masculina, enquanto os homens, ao contrário não sofrem com a repressão moral. As relações fora do casamento, para o homem, são socialmente aceitas. Tornando a prostituição não um modelo de libertação sexual feminina, mas um controle marginalizado dos corpos fora da instituição familiar, reafirmando o privilégio masculino (Chauí, 1987). Nesse sentido Engels (1984) argumenta que

esse matrimônio de conveniência se converte, com frequência, na mais vil das prostituições, às vezes por parte de ambos os cônjuges, porém, muito mais habitualmente, por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual pelo fato de que não aluga seu corpo por hora, como uma assalariada, e sim que o vende de uma vez, para sempre, como uma escrava (p.77).

Assim, o controle dos corpos vai se naturalizando em diferentes formas durante a história. Com o nascimento dos Burgos e início do pré-capitalismo, a família passa a ser entendida como uma unidade de produção, levando a necessidade da participação da mulher na atividade trabalho. Desempenhavam papéis na produção agrícola e artesanal, realizando diversas tarefas que contribuem para a subsistência familiar e a riqueza social. Elas trabalhavam nos campos, nas manufaturas, minas, lojas, mercados e oficinas. Além disso, eram responsáveis também por tarefas domésticas como tecer, fiar e fazer cerveja. As mulheres que eram casadas podiam trabalhar no comércio como pessoa jurídica, independente, e em caso de viuvez poderiam dirigir os negócios herdados dos maridos. No entanto, mulheres solteiras enfrentavam dificuldades em inserção na guilda mercantil, necessitando da presença de um homem para circular dentro do comércio. Apesar do envolvimento da mulher no sistema produtivo, elas eram consideradas apenas uma extensão de seus maridos, socialmente e politicamente inferiores aos homens, fator que restringia sua autonomia (Saffioti, 1976).

Mesmo no Brasil, essa submissão era a realidade. Historicamente, no Brasil Colonial e Imperial, as mulheres brancas tinham responsabilidades específicas, delineadas por normas

sociais e leis que controlavam sua sexualidade, comportamento e papel na sociedade. O Código de Educação de uma menina em Portugal (1758) destacava o papel doméstico das mulheres brancas, ensinando-as a cuidar da casa, dos filhos e do marido, além de administrar os recursos da família (Araújo, 2004). Já as mulheres negras, muitas delas escravizadas, enfrentavam uma outra realidade, na qual eram forçadas ao trabalho árduo e à exploração sexual. Assim, mesmo nas realidades coloniais, ser mulher integrava aos desejos e caprichos masculinos. De acordo com Davis (2016),

a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente a sua condição de fêmeas (p. 25).

Assim, mulheres negras tinham seus corpos reduzidos a mercadorias para gerar lucro aos seus senhores (Priore, 2004). Essa prática não se limitava apenas à prostituição, já que a exploração sexual fazia muitas vezes essas mulheres de ferramentas de reprodução, sendo forçadas a engravidar, ou procriar, com o objetivo de aumentar a força de trabalho escravo (Priore, 2004). E quando tais mulheres conseguiam a liberdade, os preconceitos de gênero acentuados pela raça limitavam suas oportunidades, o que as levou a buscar trabalhos como quitandeiras, costureiras, lavadeiras, ou mesmo proprietárias de pequenos negócios. Tais atividades eram, de acordo com Figueiredo (2004, p.150), “fundamental para mulheres que um dia conseguiram escapar da escravidão e puderam manter a sobrevivência de suas famílias”. E mesmo assim, o estado ainda se opunha a essas mulheres, proibindo sua circulação em certos horários e espaços (Figueiredo, 2004).

Essa lógica de controle do corpo feminino, foi acentuada mundialmente com o advento do capitalismo, no qual o preço pago pelas mulheres viverem em sociedade foi a internalização dos valores morais impondo que a mulher deve garantir a manutenção da vida cotidiana (Silva, 2007). No entanto, tais atividades de manutenção são frequentemente desvalorizados e adquirem valores subalternos, muitas vezes unidos entre trabalhos domésticos, não remunerados, e trabalhos públicos. Essa tradição de subvalorização das capacidades femininas são justificadas por mitos que sustentam a lógica patriarcal e perpetuaram a marginalização das mulheres (Saffioti, 1976).

O trabalho improdutivo que sustenta a produção

A divisão sexual do trabalho é um fenômeno social que atravessa a história dando significado e atribuições diferentes para o trabalho ao longo dos séculos, delimitando os espaços

ocupados (público e privado), atividades e funções específicas a cada um dos sexos. O lugar histórico do trabalho tem diferentes implicações na lógica racional da vida sendo muitas vezes considerado como uma atividade desprezível (Idade Antiga Greco-Romana) e muitas vezes exaltado como possibilidade de salvação (Reforma Protestante) (Chauí, 1987).

Nesse interim, o trabalho vai ocupar historicamente um lugar central na vida das pessoas, ou seja, torna-se uma atividade consciente, na qual o indivíduo transforma a natureza e é transformado no processo, algo que delineia a dialética indivíduo sociedade e com ela a sua formação subjetiva (Leontiev, 2004). O que deveria ter função humanizadora, na qual o sujeito se realizaria enquanto indivíduo, ao adquirir caráter de mercadoria, na atualidade, torna-se objeto de violência contra a subjetividade. Assim, o trabalho na contemporaneidade é frequentemente caracterizado pela fragmentação e pela intensificação de processos produtivos (Resende, 2009).

Dessa forma, na sociedade moderna capitalista, há uma intensificação do processo de alienação, isto é, da perda de conexão do trabalhador com o produto de seu trabalho, já que este se torna uma mercadoria não pertencente a ele, mas sim ao capitalista (Resende, 2009). Nesse contexto o trabalho não é mais visto como forma de se realizar enquanto indivíduo na sociedade, mas como um processo que reifica e transforma o corpo do sujeito em força de trabalho. Isto posto, o trabalho passa a ser entendido como um instrumento de poder sobre o corpo, uma ferramenta que disciplina e corrige, tendo como finalidade a inibição do desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico (Matos, 1997).

Sob esse viés, Matos (1997) salienta que o aprisionamento do corpo do trabalhador não é apenas o ambiente de trabalho, mas também a alma fabricada pelo próprio sistema de poder. Esta alma, é moldada para reivindicar a morte e o sofrimento como partes necessárias e fundamentais do trabalho, algo que evidencia um controle efetivo do corpo que molda também o pensamento e a autonomia do trabalhador que internaliza as lógicas produzidas pelo mercado. Essa razão administrada do sacrifício, princípio da alienação, se deu com a implementação da sociedade capitalista burguesa, na qual a família, o trabalho e a propriedade formam uma tríade que funcionam como um mecanismo de repressão e reprodução das estruturas sociais (Engels, 1984).

Nesse contexto, a família monogâmica, não apenas garante a transmissão da propriedade entre gerações, mas também legitima e naturaliza papéis sociais atribuídos pelo sexo que explora de forma desigual homens e mulheres. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho não se limita apenas a uma separação entre trabalhos homens e mulheres, mas é um princípio estruturante das relações de poder na sociedade. As autoras

ressaltam que a divisão sexual do trabalho naturaliza a desigualdade entre os sexos, ao associar o trabalho feminino ao espaço privado, desvalorizando-o, e o trabalho masculino ao espaço público, conferindo-lhe maior prestígio e remuneração. Nesse movimento, Federici (2019) critica a ideia da família como um espaço sagrado, visto que o sistema capitalista se apropria desse discurso de afeto e reivindicação, para deslegitimar o trabalho doméstico realizado por mulheres considerando como improdutivo, visto que não produz lucros de forma imediata.

Ainda, Hirata e Kergoat (2007), apontaram que a divisão sexual do trabalho opera sob dois eixos principais, a segregação horizontal e a segregação vertical. A segregação horizontal fala sobre a concentração de homens e mulheres em diferentes setores e ocupações, com as mulheres sendo predominantemente encontradas em áreas consideradas uma extensão das responsabilidades domésticas, como cuidados, educação e saúde. E a segregação vertical que discorre sobre a hierarquização no interior das profissões, com os homens ocupando cargos de poder e prestígio, enquanto as mulheres, mesmo em setores onde são maioria, têm mais dificuldades de ascender a posições de liderança. Saffioti (1976), completou dizendo que, à medida que as forças produtivas se desenvolvem, as mulheres são progressivamente marginalizadas das funções produtivas, ocupando posições periféricas mesmo quando inseridas no sistema de produção.

No entanto, é interessante notar que para o trabalho produtivo, ocorrente nas esferas sociais e formais da sociedade, possa acontecer é necessário que o trabalho reprodutivo, que inclui todas as atividades relacionadas à manutenção e ao bem-estar das pessoas, esteja funcionando. Visto que é o trabalho reprodutivo, ou seja, do cuidado, que garante que os trabalhadores estejam em condições de participar da força de trabalho formal, é ele quem sustenta as crianças, os idosos, os homens e o mundo. Por conseguinte, Federici (2019) acrescenta que o sistema capitalista se beneficia dessa divisão sexual do trabalho, ao desvalorizar o trabalho de manutenção e de cuidado, atribuindo-o exclusivamente às mulheres, sem precisar pagar-las por isso. Assim, Federici (2019) afirmou:

dizer que nós queremos salários para o trabalho doméstico é expor o fato de que o trabalho doméstico já é dinheiro para o capital, que ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos. Ao mesmo tempo, mostra que temos cozinhado, sorrído e transado ao longo dos anos não porque realizar estas tarefas fossem mais fáceis para nós do que para qualquer outra pessoa, mas porque não tínhamos outra opção (p.48).

Nesse sentido, o papel de servidão estabelecido para a mulher, constituído pelos pilares patriarcais e defendido pela moral tradicional é reforçado sutilmente pelas lógicas liberais de mercado, na qual empurra a mulher para o mercado de trabalho, sem pensar no trabalho que ela

já realiza. Do mesmo modo, Federici (2019, p. 50), argumenta que “como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel. O segundo trabalho não só aumenta nossa exploração como também reproduz simplesmente o nosso papel de diversas formas.”, ou seja, o capitalismo continua a perpetuar a desigualdade sexual, ao passo que fornece uma falsa promessa de igualdade, sem abordar as formas de opressão que permanecem enraizadas nas relações de trabalho e nas estruturas sociais (Matos, 1997).

Essa nova moral sexual liberal, construída com base no liberalismo econômico e no princípio de autonomia individualizada, tem como característica encorajar a ideia de que a mulher é livre para conquistar sua emancipação e autonomia financeira através do trabalho, porém sua liberdade deve estar em harmonia a suas obrigações tradicionais, tendo como expectativas que as mulheres conciliem o trabalho formal com o trabalho doméstico e do cuidado. Assim, embora a sociedade contemporânea aparente oferecer uma maior liberdade sexual, essa liberdade é ilusória, pois só os aspectos da sexualidade que não ameaçam a estabilidade do status quo, da sociedade patriarcal, são liberados (Silva, 2007). Logo, aspectos que poderiam desestabilizar a ordem estabelecida, permanecem reprimidos e condenados. Nesse sentido, Saffioti (1976) salientou sobre a mistificação feminina ao papel de cuidadora e reafirma que a construção de papéis e expectativas sociais sobre as mulheres, está profundamente conectada à estrutura econômica e aos interesses da ordem social vigente.

Assim, a sociedade capitalista explicita a divisão em classes e a exploração econômica de uma classe por outra, utilizando a construção social do sexo como fator de inferiorização para justificar a marginalização das mulheres (Engels, 1984). Ao impor normas rígidas para que ocorra a socialização⁶ feminina regredida aos princípios da moral sexual tradicional, o capitalismo reforça sua alienação ao desvincular as mulheres da sua própria autonomia, submetendo-as aos papéis predeterminados. Mesmo as mudanças que ocorrem em tese a favor da mulher é uma mudança que carrega em seu cerne contradições que buscam manter a lógica patriarcal de dominação e a exploração (Federici, 2019).

Essas mudanças, muitas vezes apresentadas como conquistas, trazem consigo a reprodução das mesmas estruturas de opressão, disfarçadas sob um discurso de emancipação. Assim, a “solução feminista”, expressão utilizada por Saffioti (1976), que apesar de ter conquistado direitos civis e políticos para as mulheres, não resolveu plenamente as desigualdades entre os sexos; pelo contrário, “não fez senão dilatar as diferenças entre homens

⁶ A socialização é o processo pelo qual os sujeitos aprendem e internalizam os valores, normas, crenças e comportamentos que permitem que os indivíduos integrem e funcionem dentro de uma sociedade (Zaidman, 2009).

e mulheres” (p. 57), visto que o feminismo ⁷ burguês, ao se concentrar apenas na igualdade formal e nas oportunidades de trabalho para as mulheres brancas, não enfrentou as raízes da opressão nas sociedades de classes — o sistema patriarcal capitalista. Nesse sentido Engels (1984) argumentou:

mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte da indústria social e nada pode ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas (p. 80).

Portanto, o sistema capitalista não apenas mantém a exploração econômica das mulheres, mas também perpetua sua alienação, mascarando a opressão com o discurso que reflete modernidade e liberdade, sem alterar as bases estruturais que sustentam a desigualdade dos sexos (Silva, 2007). Nesse sentido, a sociedade moderna é marcada pelas coexistências de ambas as morais sexuais, a tradicional e a liberal, que continuam a controlar o corpo da mulher. Ao impor duplas e triplas jornadas para as mulheres “descobrimos que o macacão de trabalho não nos dá mais poder do que o avental — muitas vezes, ainda menos, porque agora nós temos que vestir ambos e, por isso, nos sobrou menos tempo e energia para lutar contra eles.” (Federici, 2019, p.53). O cansaço, então, se torna mais uma ferramenta do sistema que perpetua a dupla alienação, forçando as mulheres a dividirem suas energias entre as demandas do trabalho e as obrigações familiares naturalizadas na informalidade, aniquilando a capacidade de questionar essas dinâmicas.

A uberização como um novo fenômeno, mas velha conhecida da mulher

De acordo com Hirata (2015), a precarização do trabalho é conjugada ao feminino, devido grande parte das mulheres, especialmente negras e imigrantes, ocuparem empregos informais e sem regulamentação trabalhista. Refletindo as desigualdades estruturais históricas, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que no 4º trimestre de 2023, 41,0% das trabalhadoras negras e 30,8% das trabalhadoras não negras estavam em situação de informalidade. Já entre os homens, a informalidade atingia 43,2% dos negros e 32,5% dos não negros. Em contraste a isso, a taxa de desocupação das mulheres foi maior, cerca de 54,3% do

⁷ O feminismo é um movimento diverso que emerge da luta em busca da libertação das mulheres. Para a crítica do feminismo burguês parte-se das epistemologias do feminismo marxista, focado na relação mulher e classe. Esse entende que as opressões de gênero são interligadas à estrutura de produção e reprodução da vida, na qual repressão sexual e econômica feminina está relacionada aos papéis sociais solicitados nas esferas públicas e privadas da sociedade (Federici, 2017).

total — sendo desse número 35,5% mulheres negras. A precarização continua, quando relacionado aos trabalhos domésticos, nos quais em 2022, as mulheres ocupavam cerca de 17 horas semanais com esses serviços, cerca de 6 horas a mais que os homens.

Assim, a busca por empregos mais “flexíveis” na tentativa de conciliar os dois trabalhos (o trabalho formal e o trabalho doméstico), levam a inserção das mulheres em trabalhos não regulamentados (Hirata, 2015). Diretamente ligados à divisão sexual do trabalho, os empregos informais são frequentemente mal remunerados, com pouca ou nenhuma proteção social, como aposentadoria, seguro-desemprego ou licença-maternidade. A informalidade do trabalho promove e resulta em uma forma de exploração intensificada, uma vez que se torna uma extensão das tarefas de casa, no qual há um destaque para serviços domésticos e de cuidados. Essas funções, embora fundamentais para a manutenção da vida, são historicamente desvalorizadas (Hirata, 2020).

Nessa perspectiva, é interessante compreender algumas mudanças que ocorreram devido a globalização e contribuem com a intensificação da exploração e precarização do trabalho da mulher. Assim, duas das várias mutações globais listadas por Antunes e Alves (2004) que cabem ser destacadas são, a fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora, e o ingresso massivo de mulheres no mundo do trabalho. Essas quando correlacionadas refletem em novas formas de trabalho, como o trabalho temporário, terceirizado e informal, a qual podem ser conjugadas ao trabalho doméstico na atualidade, configurando às duplas e triplas jornadas de trabalho da mulher (Silva, 2019).

A uberização enquanto fenômeno social, que surge inicialmente após o desenvolvimento da empresa *Uber*, promove a perda de direitos entrelaçados a discursos que vendem o empreendedorismo como forma de vida, e vem se tornando cada vez mais difundido (Marques et al, 2018). O que caracteriza os trabalhadores uberizados é o fato de estarem sempre disponíveis (*just-in-time*), mas só serem pagos pelas tarefas realizadas. A ausência de vínculos formais de emprego, a inexistência de direitos e a falta de regulamentação trabalhista desse sistema, acabam por transferir os riscos e custos das atividades para os próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que oferece pouca ou nenhuma proteção social (Abilio, 2019).

Em virtude desse processo, a uberização torna-se uma ferramenta para a dupla alienação, corpo e espírito subjugado à lógica patriarcal capitalista. É interessante notar que para que essa dupla alienação ocorra passa-se a haver a perda da identidade dos indivíduos, que se sujeitam as lógicas que desvalorizam a busca por sentido e afastam os sentimentos, negando a experiência formativa. Em *continuum* há uma exaltação da lógica de consumo, que descola a necessidade do indivíduo para sua própria fetichização, o reduzindo a objeto, coisa inanimada,

mortificada. Transferindo a vida aos objetos a serem consumidos compulsiva e afetivamente, numa própria economia libidinal de mercado. Nesse sentido, a lógica de consumo sujeita os indivíduos a um aumento patológico no ritmo de trabalho – que foca na produtividade. Matos (2008) ao descrever esse processo mencionou que a

perda da identidade profissional e da auto-estima constitui uma situação traumática, uma vez que não apenas se perde um posto de trabalho para, talvez, encontrar um outro como - e antes de tudo - toda uma vida pode ser desfeita: "Advêm sentimentos de desvalorização de si, ruptura de redes de solidariedade, perda de elementos constitutivos da identidade profissional, culpabilidade, vergonha, introversão, dilaceramento da comunidade de trabalho que sustentava a existência (...). A perda de confiança no futuro - (...) que se anuncia incompreensível - produz uma profunda ansiedade a que respondem a angústia e o medo do abandono. Angústias arcaicas (...) que podem ter efeitos devastadores" (p. 462).

Assim, essa experiência coloca o sistema de trabalho de exploração e produção, acima de qualquer outra vivência. Nesse sentido, a subjetividade passa a ser voltada a lógicas de sacrifício condizentes com as lógicas do mercado (Matos, 2008). Esse processo é intensificado pela flexibilização de direitos trabalhistas, que na uberização acaba por pressionar os trabalhadores a uma precarização que amplia a dependência das lógicas de mercado. Isso leva os sujeitos a uma posição de vulnerabilidade, onde o sacrifício constante é normalizado e a exploração se torna parte do cotidiano, como algo comum.

O mais curioso, é que apesar da uberização ser um fenômeno relativamente novo, as mulheres já enfrentavam tal precarização e falta de direitos. Conforme posto por Federici (2019), as chamadas donas de casa, historicamente, sempre trabalharam sem salários, contratos formais ou quaisquer tipos de direitos. Além disso, as mães e esposas sempre estão *just-in-time*, a disposição de seus maridos e filhos. Não obstante, ao pensar os trabalhos *part-time*, temporários e terceirizados, Hirata (2015) fala sobre como estes são ocupados majoritariamente por mulheres, como exemplo, a autora discorre sobre o trabalho doméstico e em específico o trabalho das diaristas. Essas mulheres, que trabalham sem contrato formal e recebem seus pagamentos por diárias, são precarizadas e em muitos casos são postas na mesma lógica da uberização, onde não há previsibilidade de renda, carga horária, e direitos básicos.

Em vista disso, é possível concluir que a inserção da mulher no mundo “produtivo” do trabalho, abriu portas para uma precarização maior dos trabalhadores em geral. A desvalorização histórica do trabalho doméstico e de cuidado acaba refletindo diretamente nas condições contemporâneas de informalidade e falta de direitos. Nesse ponto de vista, a

uberização é um fenômeno já conhecido pelas mulheres, ora donas de casa desprovidas de dinheiro, ora trabalhadoras que precisam aceitar empregos flexíveis para conciliar suas duplas e triplas jornadas de trabalho.

Nesse sentido, é possível inferir que a uberização não é um fenômeno novo, mas uma reiteração do lugar marginal de trabalhos precarizados como o das mães, esposas, diaristas, babás e sacoleiras. A uberização atrai o sujeito pela promessa de autonomia e flexibilidade que na prática é refletida na ausência de garantias trabalhistas. Desse modo, há uma ampliação da precarização trabalhista, que muda o discurso sem mudar as bases do sistema. A uberização ao vender o discurso empreendedor, aliena o trabalhador com uma ideologia de liberdade, tendo como custo sua expropriação e as desigualdades sociais. Em vista disso, a lógica da uberização, construída a partir da analogia da exploração histórica das mulheres, reitera e fortalece um sistema de injustiças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível compreender a divisão sexual do trabalho e seus impactos na subjetividade da mulher. Nesse sentido, constata-se que a divisão sexual do trabalho não é apenas uma questão de desigualdade de gênero, mas uma estratégia do capitalismo para maximizar a exploração do trabalho feminino (Federici, 2019). Historicamente, os papéis sociais atribuídos às mulheres, por meio desse fenômeno, atuaram como mecanismos de controle, definindo suas funções, anulando sua autonomia e contribuindo para a dominação de seus corpos (Chauí, 1987). Ao reforçar a ideia de que o lugar da mulher deve ser o espaço privado, enquanto o espaço público e produtivo é reservado aos homens, a divisão sexual do trabalho intensificou a opressão e a exploração feminina, desvalorizando os espaços que elas ocupam (Hirata e Kergoat, 2007; Federici, 2019).

Nesse cenário, um dos mecanismos de repressão utilizados pela divisão sexual do trabalho são as morais sexuais — tanto a tradicional quanto a liberal — que moldam as expectativas sobre o comportamento feminino de acordo com a época vigente. Essas morais definem a participação da mulher no mercado de trabalho, influenciando profundamente suas experiências, reificando e alienando sua consciência em decorrência das exigências do sistema capitalista, resultando em uma vivência apática (Silva, 2007).

Se na moral tradicional a mulher era restringida a esfera privada, sem direitos ou garantias trabalhistas, na moral liberal ela é encurralada a conciliar os trabalhos das esferas públicas e privadas, culminando em duplas e triplas jornadas, resultando em sobrecarga. Mesmo

com o suposto avanço para o mercado de trabalho, as mulheres permanecem com pouco ou nenhum reconhecimento e direitos trabalhistas. Isso se dá, devido a imposição da conciliação dos trabalhos das duas esferas, que na maioria das vezes gera como consequência a busca por empregos flexíveis e informais (Hirata, 2015).

Ainda interligada à essa temática, integra-se o fenômeno da uberização, como uma atualização da exploração do sistema de trabalho. Tratando-se desse contexto, as mulheres, muitas vezes buscam alternativas de renda que oferecem flexibilidade de conciliação entre suas jornadas. Contudo, essa flexibilização reitera sua alienação e reificação, pois uma vez que a mulher precisa conciliar, *just-in-time*, a esfera privada para conseguir se inserir na esfera pública, a mesma se torna a própria representação da uberização — antiga conhecida nos processos de administração da mulher. Essas condições, impõem novas camadas da repressão sexual reforçando ideia de que as mulheres são constrangidas constantemente a se reorganizar diante do seu processo de socialização. Só assim é possível existirem enquanto sujeito social.

Dessa forma, pode-se concluir que, a divisão sexual do trabalho moldou e continua moldando a subjetividade feminina. A imposição de papéis sociais específicos, as morais que delimitam o lugar da mulher e a precarização do trabalho feminino diante do sistema capitalista, alienam como as mulheres enxergam a si mesmas e suas capacidades. Tal fator, cria uma subjetividade marcada pela necessidade de adaptação, devido a um violento processo de socialização feminina (Chauí 1987; Federici, 2019).

Nesse interim, o presente artigo não se propôs a esgotar com a temática, mas contribuir para as discussões acerca do tema. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas integrem a uberização da mulher e suas consequências subjetivas, sociais e econômicas. Além disso, é necessário que outros estudos se concentrem na divisão sexual do trabalho, tendo como recorte temático o trabalho da mulher negra, visto as diferenças históricas de seu processo de socialização. Ao debater tais temáticas a Psicologia contribuirá para cumprir com seu compromisso ético-político de responsabilidade social, previsto inclusive pelo código de ética profissional (CFP, 2014).

REFERÊNCIAS

ABLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, vol. 18 n. 3, 2019. Disponível em: [Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado](#) . Acesso em: 11 nov. 2024.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

Disponível em: [As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital](#) . Acesso em: 11 nov. 2024.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. Disponível em: [ARAÚJO, Emanuel. A Arte Da Sedução - Sexualidade Feminina Da Colônia | PDF | Adão e Eva | Mulher](#) . Acesso em: 11 nov. 2024

BRITO, Aline Aparecida da Cunha de; ALBIERO, Cleci Elisa; MACHADO, Ana Cristina Martins. O papel social da mulher na família: reflexões na contemporaneidade. **Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, vol. 7, n. 16, p. 109-119, 2023. Disponível em: [O papel social da mulher na família: reflexões na contemporaneidade | Humanidades em Perspectivas](#) . Acesso em: 11 nov. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2014). Resolução CFP N° 010/05. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: CFP.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024). **Boletim especial: mulheres 2024**. São Paulo: DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**: São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 173-178. Disponível em: [Dicionario critico do feminismo 2ºPROVA.indd](#) Acesso em: 11 nov. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. Disponível em: [\(99+\) Mulheres em Minas Gerais | Luciano Figueiredo - Academia.edu](#) . Acesso em: 11 nov. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>. Acesso em: 11 nov. 2024.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero. **Friedrich Ebert Stiftunh Brasil**, n. 7, 2015. Disponível em: [Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero : divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa](#). Acesso em: 11 nov. 2024.

HIRATA, Helena. Precarização do trabalho, gênero e subjetividade. **Travailler**, p. 159-170, 2020. Disponível em: [Precarização do trabalho, gênero e subjetividade | Cairn.info](#) Acesso em: 11 nov. 2024.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético: da emoção ao inconsciente. In C. S. Hutz (Org.), **Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp**. p. 147-155. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. Disponível em: <https://www.anpepp.org.br/ii-simposio-gramado-1990>. Acesso em: 11 nov. 2024.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O homem e a cultura**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARQUES, Léa; HENRIQUE, Artur; TEIXEIRA, Daniel; ABÍLIO, Ludmila. **Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MATOS, Olgária Chain Feres. **História viajante: notações filosóficas**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

MATOS, Olgária Chain Feres. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, vol, 59. n. 4, pp. 455-468, 2008. Disponível em: [Vista do O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo](#) . Acesso em: 11 nov. 2024.

PRIORE, Mary del. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. Disponível em: [História das mulheres no Brasil - Mary Del Priore - Google Livros](#) . Acesso em: 11 nov. 2024.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

SILVA, Pedro Fernando da. **A liberdade sexual administrada**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), p. 306. 2007.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, vol. 3, n. 1, pp. 120-131, 2019. Disponível em: [Vista do Expediente](#) . Acesso em: 11 nov. 2004

ZAIDMAN, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**: São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 173-178. Disponível em: [Dicionario critico do feminismo 2ªPROVA.indd](#) Acesso em: 11 nov. 2024.